

Concepções de professores da educação especial sobre inclusão escolar

Conceptions of special education teachers about school inclusion

Concepciones de los profesores de educación especial sobre la inclusión escolar

Priscila Maria de Souza¹

¹Pedagoga pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Professora da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina, sm_priscila@hotmail.com.

Julianne Fischer²

²Doutora em Engenharia da Produção, Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – FURB

Rita Buzzi Rausch³

³Doutora em Educação, Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – FURB, ritabuzzirausch@gmail.com.

RESUMO

Esta pesquisa trata das concepções de professores da educação especial acerca da inclusão de alunos com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento no contexto escolar regular. Trata-se de um tema atual e relevante, alvo de discussão, não só de professores da rede regular de ensino, mas também de professores que atuam diretamente na educação especial, da cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina. A pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar as concepções de professores da Educação Especial sobre a inclusão escolar na rede regular de ensino. De abordagem qualitativa, a pesquisa teve como sujeitos dez professores que atuam diretamente com a educação especial, na cidade de Blumenau, SC. Para a coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada. A análise dos dados abrangeu a concepção sobre a inclusão escolar, a partir das ideias de Mantoan (2003; 2005), Mittler (2003), Domingues e Cavalli (2006), Carvalho (2008) e Stainback e Stainback (1999), além de documentos oficiais do Ministério da Educação e Cultura. Os resultados apontaram que, para os professores, incluir não é matricular os alunos com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento pensando em quantidade, mas sim em qualidade, o que acaba exigindo um pouco mais de responsabilidade de todos os envolvidos: pais, professores, escola e comunidade. Ainda, que inclusão é um movimento mundial, que visa promover uma educação de qualidade para todos. Refletem que a inclusão escolar tem vantagens e desvantagens, e que trabalhando com a inclusão escolar todos saem beneficiados, tanto o aluno que está na inclusão, como os outros, lembrando que a educação é um direito de todos. Também os professores se mostram a favor da

inclusão de alunos com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento, desde que aconteça com responsabilidade, respeitando as diferenças sem esquecer das individualidades de cada um.

Palavras-chave: professor, concepção de inclusão escolar, educação especial.

ABSTRACT

This research deals with the concepts of teachers of special education regarding the inclusion of students with disabilities, syndromes and/or developmental disorders in the regular school. This is a current and relevant topic under discussion, not only for teachers of regular education, but also for teachers who work directly in special education, in Blumenau, Santa Catarina. The research has the objective to analyze the conceptions of teachers of Special Education about inclusive education in regular schools. With a qualitative approach, the research was realized with ten teachers who work directly with special education in the city of Blumenau, SC. To collect data, we used a semi-structured interview. Data analysis included the conception of educational inclusion, from the ideas of authors such as Mantoan (2003, 2005), Mittler (2003), Cavalli and Domingues (2006), Carvalho (2008) and Stainback and Stainback (1999), and official documents of the Brazil's Ministry of Education and Culture. The results showed that for the teachers interviewed, including students with disabilities, syndromes and/or pervasive developmental disorders in regular school must be thinking about quality of education and not about the quantity of students included, which ends up requiring a little more responsibility of everyone involved: parents, teachers, school and community. Still, inclusion must be seen as a global movement that aims to promote quality education for all. The teachers reflect that the school inclusion of students with disabilities, syndromes and/or pervasive developmental disorders has advantages and disadvantages and that working inclusion benefits both the student who are included, like the others, remembering that education is a right for all. In addition, teachers understand that the inclusion of students with disabilities, syndromes and / or developmental disorders must be provided with responsibly, respecting differences without forgetting the individuality of each.

Keywords: teacher, concepts of school inclusion, special education.

RESUMEN

Esta investigación se ocupa de los conceptos de los maestros de educación especial acerca de la inclusión de estudiantes con discapacidad, síndromes y/o trastornos generalizados del desarrollo en el contexto de la escuela. Este es un tema relevante y actual, el objetivo de la discusión, no es sólo de los profesores de las escuelas, sino también de los profesores que trabajan directamente en la educación especial, la ciudad de Blumenau, en el estado de Santa Catarina. La investigación fue llevada a cabo con el objetivo de analizar la percepción de los maestros de educación especial sobre la inclusión escolar en las escuelas regulares. Con un enfoque cualitativo, el estudio tuvo como sujetos de la investigación diez profesores que trabajan directamente con la educación especial, en la ciudad de Blumenau, SC. Para la recolección de los datos, se utilizó la entrevista semi-estructurada. El análisis de los datos a que se refiere el concepto de la inclusión escolar, a partir de las ideas de Mantoan (2003; 2005), Mittler (2003), Domínguez y Cavalli (2006), Carvalho (2008) y Stainback y Stainback (1999), además de los documentos oficiales del Ministerio de la Educación y Cultura. Los resultados mostraron que, para los profesores, inclusión no significa matricular los alumnos con discapacidad, síndromes y/o trastornos generalizados de desarrollo pensando en términos de cantidad, sino también en la calidad, lo que acaba que requiere un poco más responsabilidad para todos los participantes: los padres, los maestros, la escuela, y la comunidad. Todavía la inclusión es un movimiento mundial que apunta a promover una educación de calidad para todos. Reflejan que la inclusión escolar tiene sus ventajas y desventajas, y que trabaja con la inclusión escolar todas las licencias, tanto al estudiante que se encuentra en la inclusión, como los demás, recordando que la educación es un derecho de todos. También los profesores son a favor de la inclusión de los estudiantes con discapacidad, síndromes y/o trastornos generalizados de desarrollo, y que se produzca con responsabilidad, respetando las diferencias sin olvidar las individualidades de cada uno de ellos.

Palabras-clave: profesor, concepción de inclusión escolar, educación especial.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação para todos é garantida por nossa Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo de número 205, determina que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da Cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). A mesma Constituição garante, também, “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Essa garantia é reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dedica seu Capítulo V à Educação Especial, definindo-a, em seu Art. 58, como “[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996).

Cabe ressaltar que, por meio desta pesquisa e com base em autores como Mantoan (2003; 2005), Mittler (2003), Domingues e Cavalli (2006), Carvalho (2008), Stainback e Stainback (1999), além de documentos oficiais do Ministério da Educação e Cultura como a coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, Fascículos 1 e 2, compreendemos que a preocupação em garantir o ingresso e permanência, em todas as escolas, de pessoas com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento não ocorre somente no Brasil, mas no mundo todo. Podemos destacar, como documentos internacionais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994).

Em síntese, o tema de nossa pesquisa é a concepção de professores que atuam diretamente na educação especial em Blumenau e sobre a inclusão de alunos com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento no contexto escolar regular. A inclusão escolar é tema de discussão e debate não só dos professores do ensino

regular, mas também dos professores que atuam diretamente na educação especial, que são os sujeitos desta pesquisa.

Então nos questionamos: Qual é a concepção de professores que atuam diretamente na educação especial em Blumenau, sobre a inclusão de alunos com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento no contexto escolar regular? A partir dessa questão, definimos como objetivo geral, analisar a concepção de professores que atuam diretamente na educação especial em Blumenau sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento na rede regular de ensino.

Pressupostos teóricos, inclusão escolar, o que são?

A inclusão escolar é um movimento mundial que visa a uma educação de qualidade para todos, que busca a inserção das pessoas com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento no ensino regular. Assim, se caracteriza pelo respeito às diferenças e considera a aprendizagem, a socialização, as vivências e a educação para o exercício da cidadania. Esse processo refere-se não só às pessoas com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento, mas também às pessoas com as mais diversas dificuldades de aprendizagem. Segundo a Declaração de Salamanca (1994), deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária. De acordo com a professora Sylvia Ciasca, neuropsicóloga do Departamento de Neurologia da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP (2010), as dificuldades de aprendizagem caracterizam-se pela presença de dificuldades de aprendizagem, diferentemente do que a maior parte das crianças da turma, que ultrapassa os esforços pessoais da criança e do professor. As dificuldades não estão centradas somente na criança, elas podem ser consequência de questões socioculturais ou psicopedagógicas.

Para compreendermos o que é inclusão escolar, recorremos a autores como Mantoan (2001; 2003), Mittler (2003) e Stainback e Stainback (1999).

A inclusão escolar exige uma revisão do sistema educacional, não bastando que o aluno com deficiência, síndrome e/ou transtorno global do desenvolvimento esteja

matriculado na escola regular. Segundo a Declaração de Salamanca (1994), as escolas necessitam ajustar-se a todas as crianças, independente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Da mesma forma, para garantir a permanência desses educandos na escola, é necessário trabalho conjunto entre professores, pais e sociedade, sendo que o professor que faz parte desse processo precisa receber apoio do sistema educacional.

Para Mantoan (2003, p. 53), “incluir é necessário [...] para que na escola possa formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras”. Ainda, Mantoan (2003) afirma que a Constituição Federal de 1988 garante uma educação inclusiva para todos, e não integração. Segundo Mantoan (2003, p. 15):

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiências cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, avaliações especiais, redução de objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em uma palavra, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências (Mantoan, 2003, p. 15).

Na integração, são os alunos que se adaptam à escola, enquanto na inclusão, a escola é que se adapta às necessidades do educando. Neste sentido, Mantoan (2003, p. 16) explica que a inclusão “é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática, todos os alunos, sem exceções devem frequentar as salas de aulas do ensino regular”.

Com base nos autores mencionados, consideramos que, na escola inclusiva, os alunos são vistos como capazes de aprender e conseguem se desenvolver independente de suas limitações físicas, intelectuais ou sensoriais.

O termo inclusão escolar nos remete à ideia de uma escola inclusiva em que todos, sem diferenciação por suas deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento ou qualquer outro tipo de dificuldade de aprendizagem participam da atividade escolar. Em acordo com a Declaração de Salamanca, “aquelas pessoas que possuem necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola normal, a qual

deve acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança capaz de atender às suas necessidades” (SALAMANCA, 1994, s/p.). Não estamos nos referindo aqui a apenas mais um aluno matriculado ou mais uma carteira preenchida. De acordo com Carvalho (2004), pensar na inclusão sem oferecer apoio e educadores experientes é o mesmo que contar com um número de matrícula ou como mais uma carteira em sala.

Metodologia

Apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, que teve como objetivo analisar as concepções de professores da Educação Especial sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento na rede regular de ensino.

Esta pesquisa pode ser classificada como de abordagem qualitativa. Segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 68), esse tipo de pesquisa tem como finalidade “[...] explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. No caso de nossa pesquisa, o interesse estava voltado aos dizeres dos professores atuantes na educação especial, acerca da inclusão escolar na rede regular de ensino dos alunos com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento, bem como suas concepções.

Para participar da pesquisa, convidamos 11 professores, sendo que 10 aceitaram o convite. Como critério para realizar o convite aos 11 professores, consideramos a formação em Pedagogia e/ou estar cursando a graduação em Pedagogia, além de suas experiências com o ensino regular e Educação Especial.

Para resguardar a identidade dos professores participantes de nosso estudo, optamos por denominá-los “Professor 1” (P1), “Professor 2” (P2), “Professor 3” (P3), “Professor 4” (P4), “Professor 5” (P5), “Professor 6” (P6), “Professor 7” (P7), “Professor 8” (P8), “Professor 9” (P9) e “Professor 10” (P10). Da mesma forma, utilizamos apenas o gênero masculino para preservarmos a identidade dos entrevistados. Como instrumento de coleta de dados, escolhemos a entrevista individual semiestruturada.

Conforme Vergara (2006), entrevista é um método de coletar dados que se vale do encontro entre pessoas. Podemos afirmar que a entrevista é uma interação entre

peessoas que se dá verbalmente. A entrevista pode ou não auxiliar uma pesquisa, requerendo cuidados do entrevistador, os quais contribuem para conclusões coerentes e consistentes da pesquisa a ser realizada. Segundo Triviños (1987, p. 46), a entrevista semiestruturada caracteriza-se pela interação entre entrevistador e entrevistado.

Resultados

Iniciamos nossa análise contemplando as concepções dos professores que atuam diretamente na educação especial sobre a inclusão de alunos com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento na escola regular. Os dizeres se relacionam e se complementam ao se referirem à inclusão escolar.

Para P1, “[...] a inclusão seria bem melhor se [...] todos estivessem envolvidos em uma questão só, em um só objetivo” e, para P2, “[...] pra ter uma inclusão escolar, precisa de um geral, assim não só da parte do professor, mas da gestão, da comunidade [...]”.

Os dizeres desses dois professores nos indicam dois pontos a serem considerados na inclusão escolar: esse processo envolve não somente os professores, mas também os pais, a gestão e a comunidade, todos focados no mesmo objetivo.

Os dizeres de P1 e de P2 nos conduzem a Domingues e Cavalli (2006, p. 3), segundo os quais:

O processo de inclusão social só será possível se ocorrer uma via de mão dupla entre os deficientes e a sociedade em geral. Ambos devem interagir na construção do entendimento comum de que a diferença, por mais acentuada que seja, não representa um problema à humanidade e sim mais uma oportunidade na infinita pluralidade humana (Domingues e Cavalli, 2006, p. 3).

Os dizeres de P1 e P2 também nos levam a Stainback e Stainback (1999, p. 223), que assim se manifestam a respeito da inclusão escolar:

(...) professores, pais e alunos nas escolas inclusivas têm consistentemente declarado em entrevistas, em apresentações de

conferências, e em várias publicações que uma razão importante para o sucesso dessas escolas é o envolvimento de alunos, professores, especialistas e pais trabalhando em colaboração (Stainback e Stainback, 1999, p. 223).

Os alunos devem ser envolvidos nas atividades, nos acontecimentos da escola e nas situações de aprendizagem. Devem ser estimulados a serem cooperativos uns com os outros, formando, assim, a comunidade escolar. Também é importante que os alunos com deficiência estejam envolvidos com a escola, e não somente estejam dentro da escola. Para P3 “[...] inclusão é [...] quando o aluno vai aprender, quando ele vai [...] participar [...]”. O dizer de P3 nos remetem a Stainback e Stainback (1999), para quem a comunidade aqui tem o sentido de organização das aulas e da escola, em um sentido que todos possam participar, onde os alunos se apoiam e são apoiados por seus colegas, para satisfazerem suas necessidades educacionais. Stainback e Stainback observam que cada indivíduo é um membro importante e digno da comunidade e contribui para o grupo. Esse envolvimento ajuda a estimular a autoestima, o orgulho pelas realizações, o respeito e uma sensação de estar entre os membros da comunidade. Isso, segundo esses autores, é um grande desafio para a escola hoje. É um desafio trabalhar com a diversidade, tornar acessível e inclusiva a todos os alunos, mudar o olhar, a consciência das pessoas, não só da comunidade escolar, mas da comunidade toda, do bairro, da cidade. P9 nos lembra que “é [...] uma batalha muito grande que a gente ainda tem pela frente [...]”.

Os alunos podem e devem participar das tomadas de decisões e das questões da escola que, geralmente, envolvem somente os adultos, ou seja, os professores e direção da escola. Desse modo, todos têm uma contribuição a dar, seja para uma criança com deficiência, para uma criança de uma minoria étnica, para meninos de rua ou filhos de sem-terra (STAINBACK et al. 1999; HOSKINS, 1996). A participação dos alunos nas questões da escola promove um espírito de comunidade e respeito pelo próximo, onde todos são aprendizes. Isso contribui, também, para melhora no comportamento e torna o aluno mais responsável por suas atribuições e deveres dentro da comunidade escolar.

P7 também mencionou que, para que a inclusão ocorra, “[...] precisa vir de cima, da prática, do PPP, de tudo isso [...]”. Na mesma direção dos dizeres de P7, encontramos

os dizeres de P10: “são poucas escolas que (...) conseguem colocar em prática a proposta da inclusão mesmo”. Os dizeres de P7 e de P10 nos permitem refletir sobre o papel da escola nesse processo, o qual exige mudanças e adequações. Consideramos que, quando a escola está realmente engajada nesse processo, procura meios para que a inclusão aconteça da melhor forma possível, para que aconteça para todos os alunos, independente de suas especificidades, conforme nos relata Mantoan (2005, p. 61):

As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos inclusivos de educação e o ensino que ministram difere radicalmente do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional ou cultural dos alunos (Mantoan, 2005, p. 61).

Sobre o PPP, mencionado por P7, encontramos em Hort (2008) que, “embora não mencione o PPP, a LDB 9.394/96 faz, em seu Capítulo V, referência a quesitos a ele relacionados, no qual prioriza o atendimento dos alunos com deficiência no ensino regular [...]”. No sentido apontado por Hort (2008), a LDB 9.394/96, em seu Art. 59, Inciso I, estabelece que “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 2006).

O documento denominado “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns na Rede Regular” (BRASIL, 2004, p. 33) também nos lembra da importância de os currículos, os métodos, as técnicas, os recursos e as organizações estarem previstos no PPP:

[...] implica em um estudo e um planejamento de trabalho envolvendo todos os que compõem a comunidade escolar, com objetivo de estabelecer prioridade de atuação, objetivos, metas e responsabilidades que vão definir o plano de ação das escolas, de acordo com o perfil de cada uma: as especificidades do alunado, da equipe de professores, funcionários e, num dado espaço de tempo, o ano letivo (BRASIL, 2004, p. 33).

Ainda no que se refere a currículos, métodos, entre outros, Mittler (2003, p. 25) esclarece que:

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação (Grifo nosso).

Ainda sobre mudanças envolvendo a inclusão escolar, temos os dizeres de P9: “incluir um aluno no ensino regular exige muitas mudanças, não só no espaço físico, mas principalmente nas atitudes das pessoas, né. Tem que mudar muito a conscientização das pessoas, o preconceito que é muito grande”.

A inclusão escolar de alunos com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento exige muitas mudanças, tanto de consciência, na estrutura física da escola e repensar o fazer pedagógico além do preconceito. Nesse sentido, destacamos a inclusão escolar que, segundo Mantoan (2003, p. 16), “[...] implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

As mudanças a serem realizadas nas escolas para receberem alunos com deficiências e oferecerem uma educação de qualidade a todos são muitas e exigem grandes esforços de todos os envolvidos com a educação. Ainda para Mantoan (2003, p. 32) a inclusão:

[...] é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas

(especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada (Mantoan, 2003, p. 32).

Também para Mittler (2003, p. 34) a inclusão gera grandes mudanças:

[...] implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência (Mittler, 2003, p. 34).

As mudanças aqui destacadas pelos professores, no que se refere à acessibilidade e à mobilidade dentro e no entorno das escolas vem ao encontro do Decreto nº 5.296/2004, já citado anteriormente, o qual prevê as rampas de acesso, as adaptações nos banheiros, piso-tátil e mobiliário. Nesse sentido, as escolas devem promover este acesso aos educandos com deficiências ou mobilidade reduzida em todas as áreas da escola, desde as salas de aula, auditórios, corredores a áreas externas (BRASIL, 2004). Para auxiliar as escolas neste compromisso com a acessibilidade, o MEC, desde 2009, disponibiliza às escolas o Manual de Acessibilidade Espacial Para As Escolas: o Direito à Escola Acessível, também já citado nesta pesquisa. Esse documento busca auxiliar as escolas nas adaptações necessárias para assegurar a mobilidade dos educandos e sua efetiva inclusão partindo da eliminação das barreiras arquitetônicas.

P3 considera que “inclusão não é simplesmente jogar o aluno na escola e dizer [...] ele está incluso”. Esse entendimento de P3 vai ao encontro das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial (BRASIL, 1998), segundo as quais “Inclusão [...] não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário a sua ação pedagógica” (BRASIL, 2001, p. 18). Vai ao encontro,

também, dos dizeres de P2: “[...] não é viável fazer a inclusão pensando em quantidade [...] mas devemos pensar em qualidade”.

Seguindo os dizeres dos professores, a inclusão escolar exige consciência e responsabilidade de todos os envolvidos: pais, professores, escola e comunidade. Inclusão escolar é um movimento de proporções mundiais, que visa a uma educação de qualidade não somente para as pessoas com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento, mas também a todos os educandos dentro da escola regular.

Para P9, a inclusão escolar, com alunos com deficiência tem vantagem e desvantagem; P5 considera que quem realmente perde são os alunos no modo geral. P4 também que entende todos saem beneficiados, tanto o aluno que está na inclusão como os outros. Neste sentido, compreendemos que os professores entrevistados também se preocupam e conhecem os benefícios que a inclusão escolar pode trazer para todos os alunos, não somente para aqueles com deficiência. O aluno com deficiência, estando na escola regular, tem oportunidades iguais às dos outros educandos de se desenvolver, de progredir, passando a ser desafiado por igual, o que faz com que desenvolva mais sua autonomia. Além do aluno com deficiência, os outros educandos também se desenvolvem e aprendem muito mais convivendo com as diferenças e respeitando seus colegas. Seguindo com essa perspectiva, nos baseamos no livro “Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?”, editado pela Rede Saci¹ da Universidade de São Paulo (USP), publicado pela Imprensa Oficial do Estado. Quem ganha com a inclusão de crianças com deficiência não são somente os alunos em inclusão escolar (USP, 2010, grifos do autor):

Os alunos com deficiência aprendem:

- melhor e mais rapidamente, pois encontram modelos positivos nos colegas;
- que podem contar com a ajuda e também podem ajudar os colegas;
- a lidar com suas dificuldades e a conviver com as demais crianças.

¹ A Rede SACI – Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação é uma rede de informações sobre deficiência, que existe desde 1999, atua como facilitadora da comunicação e da difusão de informações sobre a deficiência, visando a estimular a inclusão social e digital, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência. Teve como idealizadores, os profissionais da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (CECAE), da Universidade de São Paulo.

Os alunos sem deficiência aprendem:

- a lidar com as diferenças individuais;
- a respeitar os limites do outro;
- a partilhar processos de aprendizagem.

Todos os alunos, independentemente da presença ou não de deficiência, aprendem:

- a compreender e aceitar os outros;
- a reconhecer as necessidades e competências dos colegas;
- a respeitar todas as pessoas;
- a construir uma sociedade mais solidária;
- a desenvolver atitudes de apoio mútuo;
- a criar e desenvolver laços de amizade;
- a preparar uma comunidade que apoia todos os seus membros;
- a diminuir a ansiedade diante das dificuldades.

O acesso de estudantes com síndrome e deficiência na rede regular de ensino privilegia a todos – estudantes, professores, equipe escolar, pais de estudantes – e não apenas aos que pertencem ao público da Educação Especial (MANTOAN, 2003). Isso ocorre, pois, por meio da convivência e das relações sociais que ocorrem no ambiente escolar podem ser quebrados os preconceitos apontados por Pessotti (1984) existentes desde a época das sociedades primitivas.

De acordo com P9, “a educação [...] é um direito de todos”. Quando esse professor menciona que a educação é um direito de todos está se referindo ao fato de que é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que, em seu Art. 208, parágrafo III, determina que a pessoa com deficiência tenha o direito de estudar, preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 1988), direito este também assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/61, que também se refere ao direito da pessoa com deficiência à educação, preferencialmente dentro do sistema geral

de ensino. Os dizeres de P9 nos remetem, também, à Conferência Mundial Sobre Educação para Todos, Tailândia (1990), segundo a qual são necessárias “medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”. Mais recentemente a Resolução CNE/CEB nº2/2001, em seu art. 2º, determinou “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

Entre os professores entrevistados, encontramos aqueles que afirmaram que acreditam na inclusão escolar de alunos com deficiência, síndrome e transtornos globais do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que mencionaram que, na prática, isso não vem ocorrendo. Nesse sentido, por exemplo, P9 mencionou que “[...] na verdade, não é realmente isto que acontece. Na história, na realidade é bem diferente”; P3 é a favor “[...] não da forma como tá sendo, só jogar o aluno ali e deu [...] que do jeito que tá sendo não tá dando certo, pois geralmente [...] na sala, o aluno começa a incomodar, ele sai da sala [...] É tirado fora da sala, e que o que ocorre é um depósito, é deixar a criança ali.” P6 acredita “[...] na inclusão, acho que será uma forma bem legal, só que ela por enquanto ainda não te acontecendo de maneira legal [...] Como deveria ser”. P4 também acredita na educação inclusiva “[...] na inclusão... mas assim não, da maneira como foi feito”.

Os dizeres de P9, P3, P6 e P4, ao expressarem seu olhar sobre a inclusão escolar, denotam que possuem preocupação com a maneira como esse processo vem acontecendo.

Encontramos, também, professores que consideram que está ocorrendo a inclusão escolar. É o caso de P8, que assim se expressou: “[...] mas, agora, como eu trabalho lá, eu acho que a inclusão funciona sim! E é bem importante!”

Os dizeres de P8, que agora que está trabalhando diretamente com a inclusão escolar, deixa transparecer que compreendeu a importância da inclusão escolar para a sociedade e para os alunos da inclusão. Entendemos, então, que os esforços feitos pela escola regular por uma educação inclusiva de qualidade começam a ter efeitos positivos,

ou seja, aparecem na mudança de pensamento do professor acerca da inclusão escolar. Uma escola inclusiva é uma escola com um novo olhar para a educação.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo geral analisar as concepções de professores da educação especial acerca da inclusão de alunos com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento no contexto escolar regular, por meio de seus dizeres. Para alcançarmos o objetivo geral, realizamos uma entrevista semiestruturada com dez professores que atuam diretamente na educação especial. Como objetivo específico, delimitamos: analisar os dizeres dos professores atuantes na educação especial, acerca da inclusão escolar na rede regular de ensino dos alunos com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento. O tema focado em nossa pesquisa é atual e relevante, não somente para os professores da rede regular, mas também para os professores da educação especial.

Os resultados obtidos acerca da concepção de inclusão escolar foram os seguintes: os professores entrevistados, ao expressarem suas concepções, mencionaram que o processo de inclusão escolar envolve não somente os professores, mas também os pais, a escola e a comunidade, todos focados em um só objetivo, trabalhando para a inclusão escolar. Porém, os professores igualmente mencionaram, com base em suas experiências profissionais, que são poucas as escolas que conseguem pôr em prática a proposta da inclusão escolar de alunos com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento. Também mencionaram a importância do Projeto Político Pedagógico da escola ser reestruturado para receber os alunos da inclusão. Além das adequações de currículo e práticas, a inclusão exige mudanças de consciência, na estrutura física, repensar o fazer pedagógico, além do preconceito vivido dentro das escolas.

Na visão dos professores, incluir não é matricular pensando em quantidade, mas em qualidade, o que exige responsabilidade de todos os envolvidos: pais, professores, escola e comunidade. Ainda para os professores, inclusão é um movimento de proporções mundiais que visa a uma educação de qualidade a todos os alunos, independente de suas especificidades dentro da escola regular. Os professores também refletem que a inclusão escolar tem vantagens e desvantagens. Trabalhando com a inclusão escolar todos saem beneficiados, tanto o aluno que está na inclusão, como os outros, lembrando que a educação é um direito de todos.

Ainda dentro das concepções sobre inclusão escolar, os professores, em sua maioria, se manifestaram a favor da inclusão escolar de alunos com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento, porém que seja com responsabilidade, pois, na prática, o que eles percebem é que a inclusão não vem acontecendo da maneira como deveria ser.

Compreendemos, então, que para a efetiva inclusão na rede regular de ensino, ainda temos muitos obstáculos a serem vencidos e que a inclusão será alcançada por meio do envolvimento de todos e das políticas públicas que tratam da inclusão escolar de alunos com deficiências, síndromes e/ou transtornos globais do desenvolvimento.

Cabe mencionar que não tivemos a intenção, com este trabalho, de julgar nem de fazer generalizações durante as análises, pois, sabemos que este é um tema relevante nos dias de hoje e que não se esgota nesta pesquisa.

Referências

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BRASIL. Constituição: **República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica**. Brasília: MEC, 2001. Mimeo.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CIASCA, Sylvia. **Palestrante do IV Simpósio Internacional de Psicopedagogia**. Disponível em: <www.direcialescolas.com.br/entrevistas/sylvia-ciasca>. Acesso em: 04 de Nov. de 2012.

DOMINGUES, Taciano Luiz Coimbra; CAVALLI, Maria Rosa. **Inclusão Escolar, subjetividade e docência**. Revista Educação Especial, 2006, nº28. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/index2006.htm>>. Acesso em: 06 de abril de 2014.

HORT, A.P.F. **Do propósito à prática: caminhos para a construção da escola inclusiva**. Blumenau, 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional de Blumenau.

INCLUSÃO: **Revista da Educação Especial**. V. 1, nº1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

INCLUSÃO: **Revista da Educação Especial**. V. 8, nº8. Brasília: secretaria de Educação Especial, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras.** – São Paulo: Mennon, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Égler (organizadora). **Pensando e Fazendo Educação de Qualidade.** São Paulo: Moderna, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais/ trad.** Windyz Brazão Ferreira. – Porto Alegre: Artmed, 2003.

MEC/SEESP **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 06 de abril de 2014.

ONU BR – Nações Unidas no Brasil -. **Inclusão de crianças com deficiência beneficia toda a sociedade, aponta relatório do UNICEF.** Disponível em <<http://www.onu.org.br/inclusao-de-criancas-com-deficiencia-beneficia-toda-a-sociedade-aponta-relatorio-do-unicef/>>. Acesso em: 10 de abril de 2014.

_____. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular.** Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Org.). Ministério Público Federal: 2. ed. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

_____. **Convenção de Salamanca.** 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 24 de março de 2014.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.**

Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n.555, de 05 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n.948, de 09 de outubro de 2008. Brasília, 2008.

_____. **Ministério da Educação.** LDBEN Lei nº 4.024/61. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>>. Acesso em: 26 de março de 2014.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 22 de março de 2014.

_____. **Decreto nº5.296/2004** que regulamenta as Leis nº10.048 de 8 de novembro de 2000 e 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5296-2-dezembro-2004-534980-norma-pe.html>>. Acesso em: 12 de abril de 2014.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 12 de abril de 2014.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição a ciência.** São Paulo: T.A Queiroz, 1984.

STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores/** Susan Stainback e William Stainback; trad. Magda França Lopes. – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. Colaboração, rede de apoio e construção de comunidade. In: _____. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. p. 223-230.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990. Disponível em: <www.unesco.org>. Acesso em 27 de março de 2014.

USP - Universidade de São Paulo. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** Rede SACI - Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação, publicado pela

Imprensa Oficial do Estado. Disponível em: <http://saci.org.br/pub/livro_educ_incl/redesaci_educ_incl.html>. Acesso em: 12 de abril de 2014.

VERGARA, Sylvia Constanti. **Métodos de pesquisa em administração** – 2.ed. – São Paulo: Atlas, 2006. – 287 p.